



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VII • nº 1280 • Campo Grande – MS • terça-feira • 17 de maio de 2016

27 páginas



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Mauri Valentim Riciotti

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Antonio Siufi Neto

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Mariângela Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmiro Soares Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva Passos*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-8990 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopidcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2055 | dompms@mpms.mp.br

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 3 DE JUNHO DE 2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MATO GROSSO DO SUL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelos seus membros abaixo-assinados, no uso de suas atribuições legais e institucionais e nos termos do art. 129, II, c/c art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, no art. 5º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público, para instruir o processo PGR-1.00.000.003955/2006-67 e dar amparo aos membros do Ministério Público que atuam em demandas ambientais, tornam público que será realizada Audiência Pública para discutir as propostas de modificações das normas relativas ao Licenciamento Ambiental decorrentes dos projetos de alteração das Resoluções nº 01/1986 e nº 237/1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Projeto de Lei (PL) nº 3729/2004 da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) nº 654/2015 do Senado Federal, do Projeto de Lei (PL) nº 1546/2015 do Senado Federal e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65/2012.

Art. 1º A referida audiência pública será aberta a toda a sociedade e será presidida por membros do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que atuam no Estado na coordenação da atuação do Ministério Público em questões ambientais.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º Debater, à luz dos aspectos jurídicos, técnicos, de gestão participativa e referentes à viabilidade/condições de gestão por parte dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), a adequabilidade das propostas de alteração do licenciamento ambiental no Brasil em curso no Congresso Nacional e Conama – revisão e alteração das Resoluções Conama 01/86 e 237/97, proposta da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), processo nº 02000.001845/2015-32, do Ministério do Meio Ambiente, Projeto de Lei (PL) nº 3729/2004 da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei (PL) nº 654/2015 do Senado Federal, Projeto de Lei (PL) nº 1546/2015 do Senado Federal e Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65/2012.

Art. 3º Obter esclarecimentos que sustentam as várias posições dos membros do Ministério Público quanto ao tema e permitir a manifestação dos interessados a respeito dos seguintes pontos:

- 1 – licenciamento ambiental, iniciativas de alteração, aspectos positivos e negativos;
- 2 – obrigação de respeito à Constituição Federal e à Política Nacional do Meio Ambiente, bem como a preservação dos

princípios gerais do direito ambiental nas propostas em questão;

3 – análise objetiva das insuficiências e fragilidades nos órgãos do Sisnama no cumprimento da tarefa do licenciamento ambiental no Brasil;

4 – necessidade de avaliação da compatibilidade da proposta de alteração das Resoluções, Leis e Constituição Federal com os objetivos e finalidades do Conama – artigos 4º e 6º, caput, inciso II da Lei nº 6938/81 – e com o ordenamento constitucional;

5 – a importância do licenciamento nos aspectos socioeconômicos e ambientais e na qualidade de vida das pessoas afetadas pelos empreendimentos licenciados.

DA PARTICIPAÇÃO DAS AUTORIDADES, ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E PESSOAS INTERESSADAS

Art. 4º Serão convidados a participar da audiência pública autoridades federais, estaduais e municipais diretamente envolvidas no tema, operadores do Direito, acadêmicos especialistas no tema e representantes de sociedade civil.

§1º Cada expositor terá 20 (vinte) minutos para sua explanação, com tolerância de até 5 (cinco) minutos.

§ 2º O expositor consignará o teor da sua fala por escrito, que será juntada ao procedimento e considerada nas conclusões.

Art. 5º A participação da plateia observará os seguintes procedimentos:

I – É assegurado aos participantes o direito de manifestação oral ou por escrito, conforme disposição deste edital.

II – As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para manifestação, devendo informar o nome do participante.

III – O tempo para manifestação oral será definido em função do número de participantes e da duração total prevista na agenda.

IV Os interessados que quiserem se manifestar por escrito sobre os temas acima elencados poderão fazê-lo enviando documento em até 5 (cinco) dias anteriores à data da audiência pública para o e-mail da assessoria de comunicação do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (prms-ascom@mpf.mp.br).

Parágrafo único: Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas pelo presidente da audiência pública ou por quem lhe faça as vezes.

Art. 6º Serão convidados entre as autoridades constantes do art. 4º, três membros para elaboração da ata circunstanciada, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 7º O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo – CAOMA, designarão entre os membros que participaram da audiência pública dois componentes para a elaboração do relatório instituído pelo art. 6º da Resolução 82/12 do CNMP.

DO HORÁRIO E LOCAL

Art. 8º A audiência pública realizar-se-á no dia 3 de junho do ano corrente, a partir das 13:30 horas, no auditório da Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul, situado

na rua Afonso Pena, nº 4444, bairro Vila Cidade, Campo Grande.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A minuta deste edital encontra-se à disposição dos interessados nos sítios eletrônicos do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (<http://www.mpf.mp.br/ms>) e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (<http://www.mpms.mp.br>).

MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA

Procuradora de Justiça

ELTON LUIZ BUENO CANDIDO

Procurador da República

REGIMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2016

O Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de seus Representantes que atuam e coordenam a atuação em demandas ambientais no Estado do Mato Grosso do Sul, resolvem realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discutir o “*Licenciamento Ambiental Ameaçado: propostas de alterações normativas no Congresso Nacional e no Conama*”, nos termos seguintes:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º. A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de obter dados, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes à alteração normativa pretendida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de iniciativa da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, e Congresso Nacional no procedimento de licenciamento ambiental. A sua realização se justifica em virtude da necessidade de discussão do impacto das propostas de alterações do procedimento de licenciamento ambiental em discussão no âmbito da Câmara Técnica de Controle Ambiental do CONAMA e Congresso Nacional, sendo, dessa forma, imprescindível o conhecimento das informações relacionadas ao tema pela comunidade.

ARTIGO 2º. Caberá ao Procurador da República/Procurador de Justiça que preside a Audiência Pública a condução dos debates, nos termos definidos neste regimento.

PARÁGRAFO ÚNICO. São prerrogativas do Presidente da Audiência:

I – Designar um ou mais secretários para que o assistam;

II – Realizar uma apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates;

III – Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV – Decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V – Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a

pedido de algum participante;

VI – Recorrer ao emprego da força pública quando as circunstâncias o requeirarem;

VII – Alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário ou útil;

VIII – Decidir sobre a transmissão radiofônica ou televisa da audiência;

ARTIGO 3º: O Secretário, para auxiliar na condução e organização da audiência, terá as seguintes atribuições:

I - Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - Controlar o tempo das intervenções orais;

III - Registrar o conteúdo das intervenções;

IV - Sistematizar as informações;

V - Elaborar a ata da Sessão;

VI - A guarda da documentação produzida na audiência.

CAPÍTULO I DOS PARTICIPANTES

ARTIGO 4º: Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou cidadã, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão mencionado no Edital de Convocação.

ARTIGO 5º: São direitos dos participantes:

I - Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas na Audiência Pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;

II – Formular questões pertinentes ao tema da Audiência Pública;

ARTIGO 6º: São deveres dos participantes:

I - Respeitar o Regimento Interno da Audiência Pública;

II - Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

III - Tratar com respeito e civilidade os participantes da Audiência e seus organizadores.

TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

ARTIGO 7º: O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - Nome legível, endereço, endereço eletrônico (e-mail) e telefone;

II - Número do documento de identificação;

III - A entidade pública ou privada a que pertence, e

IV - Assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO. A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO

ARTIGO 8º. O público poderá manifestar-se oralmente.

§ 1.º A inscrição poderá ser realizada de forma oral, ou escrita, por meio do e-mail: prms-ascom@mpf.mp.br.

ARTIGO 9º. É condição para a manifestação nos debates a prévia inscrição.

§ 1º. A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

§ 2º. Só é permitida a inscrição de um representante, em caso de pessoa jurídica.

§ 3º. É facultada a apresentação de documentos na fase de inscrição, os quais ficarão à disposição dos demais participantes, para consulta, no local das inscrições.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 10. A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

I – Abertura pelo Procurador(a) República ou Procurador(a) de Justiça;

II – Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;

III – Apresentação de cada debatedor membro dos Ministérios Públicos e representante de Entidade Pública pelo tempo máximo de 20 minutos;

IV – Intervalo;

V – Manifestação dos inscritos representantes da sociedade civil e debates orais;

VI - Encerramento.

§2º. Após as explanações será aberto espaço para manifestação do público por duas horas.

§3º. Cada intervenção oral do público obedecerá ao tempo máximo de 5 minutos, caso tenha garantido a inscrição prévia, e 3 minutos, caso a inscrição se dê durante a realização da audiência.

ARTIGO 11. Nos debates, as perguntas recebidas poderão ser respondidas em blocos, conforme sua similaridade, a critério do Presidente da Sessão.

ARTIGO 12. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização.

ARTIGO 13. A Audiência Pública será realizada no dia 03.06.2016, a partir das 13 horas e 30 minutos, no auditório da Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul, situado na rua Afonso Pena, nº 4444, bairro Vila Cidade, Campo Grande.

ARTIGO 14. A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais, conforme Anexo I – Da programação e na forma disciplinada neste regimento.

PARÁGRAFO ÚNICO. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

ARTIGO 15. Ao final da audiência, será elaborada ata sucinta, que será disponibilizada juntamente com a gravação audiovisual, passando a integrar os autos do procedimento que originou a audiência, para posterior encaminhamento à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para atuação coordenada em âmbito nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os documentos que forem entregues ao Presidente da Sessão durante a Audiência serão encaminhados à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para anexação aos autos do procedimento que originou a audiência, posterior disponibilização no *site* do Ministério Público e consideração na atuação coordenada em âmbito nacional.

ARTIGO 16. Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por concluída a Audiência Pública.

CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE

ARTIGO 17. Para fins de publicidade, o edital de convocação da Audiência Pública será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e em seus *sites*, afixado nas Sedes do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como divulgado em outros meios de comunicação (jornais impressos, mídia eletrônica, redes sociais, e-mail).

ARTIGO 18. É facultado ao Presidente da Sessão convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações, entidades civis, representações profissionais ou sindicais e/ou empresas, observada a pertinência temática, para comparecerem à Audiência na qualidade de participantes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 19. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento, ou em decorrência deste, terão caráter consultivo e não-vinculante, objetivando assegurar a participação popular, na forma da lei, na condução do interesse público.

Campo Grande, 16 de maio de 2016.

MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA
Procuradora de Justiça

ELTON LUIZ BUENO CANDIDO
Procurador da República

ANEXO I - DA PROGRAMAÇÃO PROGRAMAÇÃO

DIA 11	13h30min - 13h40min	Abertura – Dra. MARIGÔ REGINA BITTAR BEZERRA – Procuradora de Justiça e Dr. Elton Luiz Bueno Candido – Procurador da República
	13h40min - 15:45min	Manifestação dos convidados
	15:45 min - 16h	Intervalo
	16h – 18h	Manifestação dos inscitos e debates orais
	18h	Encerramento